

Sieeesp é acusado de incentivar cartelização em SP

Para procurador do Conselho Administrativo de Direito Econômico, a ação do sindicato das escolas particulares "constitui crime" e a multa pode chegar a CR\$ 1,8 bilhão

ANTÔNIO CARLOS SILVA

BRASÍLIA — O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado no Estado de São Paulo (Sieeesp), que congrega cerca de 6.500 escolas particulares, poderá ser multado em até CR\$ 1,8 bilhão (cerca de 5 milhões de Ufir) pelo Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade). A entidade é acusada pelo Ministério Público de "influenciar" as escolas associadas a adotar índices uniformes para reajustes das mensalidades escolares, caracterizando a formação de cartel. Parecer do procurador do Cade, Marcelo Cerqueira, concluído ontem, sustenta que existia a prática de cartelização, estimulada pelo Sieeesp, o que "se constitui crime" por infringir a Lei de Defesa da Concorrência (LDC 8.158/91).

A decisão do Cade será tomada até o dia 15 de abril quando o colegiado do conselho, formado por quatro conselheiros e o presidente, julgará o processo. Segundo o conselheiro-relator do processo, Marcelo Monteiro Soares, o *Diário Oficial da União* de hoje deverá publicar a síntese do parecer do procurador. No parecer, Cerqueira revela que houve a "prática delituosa da formação de cartel", incentivada pelo sindicato para uniformizar os aumentos das mensalidades.

Histórico — "Cada escola deveria adotar seu próprio índice de reajuste", sustenta Soares. "Os reajustes não deveriam ser uniformes." O conselheiro afirma que o aumento das mensalidades escolares deveria ser baseado nos custos operacionais de

cada escola. Há dois meses, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) adotou uma medida preventiva para que o Sieeesp sustasse a prática da cartelização.

A prática, segundo o Cade, vem sendo adotada há 18 meses quando o sindicato orientou os aumentos das mensalidades escolares às suas filiadas. O Cade foi informado que o sindicato não cumpriu a medida.

Há 18 meses, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Consumidor (Cenacon), por meio do Ministério Público paulista, entrou com uma representação junto à SDE, contra o Sieeesp. Na ação, o Cenacon acusava o sindicato de "influenciar" os associados a adotar "condutas uniformes" para definir os índices de reajuste das mensalidades escolares, caracterizando-se a formação de cartel. A SDE analisou o processo e entendeu que a prática da cartelização existia.

Após dar o parecer, a SDE encaminhou o processo para o Cade examinar e julgar. Ontem, o procurador Marcelo Cerqueira deu seu parecer. Até o dia 15 de abril próximo a sentença será conhecida e as multas variam de CR\$ 73 milhões (200 mil UFIR) a CR\$ 1,8 bilhão (5 milhões de UFIR, que em março está cotada em CR\$ 365,06).

Em *Foz do Iguaçu*, a Federação Interestadual de Escolas Particulares (Fiep) anunciou ontem que levará na próxima semana aos assessores do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o protocolo com as justificativas sobre a necessidade de conversão das mensalidades em Unidade Real de Valor pela média dos últimos quatro meses findos em fevereiro.

PARECER
DEVE SER
ANALISADO
DIA 15 DE ABRIL



Marcelo Cerqueira: sindicato incentiva escolas a uniformizar os preços das mensalidades